

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a alfabetização de adultos, historicamente, vem se constituindo um problema de difícil solução visto que ao longo dos últimos 60 anos muitas foram as tentativas empreendidas pelo Governo Federal na resolução do mesmo. Junto ao analfabetismo, encontraremos outros problemas de ordem social, que são tratados como fatos isolados, desarticulados das políticas mais amplas de educação de jovens e adultos pelos sucessivos governos.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do estudo do tema Políticas públicas para Alfabetização de Adultos no Brasil, no período de 1947-2010, baseado nas iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal, que justifica suas ações relacionadas à alfabetização de adultos como necessidade de sanar esse “mal” que vem travando o desenvolvimento do país.

A educação é um dos fatores relevantes na composição do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e o alto índice de analfabetismo registrado no Brasil interfere negativamente na composição dos números vale salientar que em 2010 o país ocupou a 73ª posição na classificação mundial.

O IDH é uma medida comparativa utilizada entre os países membros da ONU para verificar o índice de desenvolvimento, classificando os países de acordo com o grau de desenvolvimento humano. O nível de escolaridade da população é um fator que participa da análise na composição desses números. Atualmente, consideram-se também as questões relacionadas ao analfabetismo funcional.

O interesse pelo tema em questão surgiu após ter cursado a disciplina Educação de Jovens e Adultos, no curso de Pedagogia, onde percebi que a alfabetização de adultos vem sendo tratada desde 1947 pelo Governo Federal através de Campanhas e Programas que não lograram êxito. Uma prova disso é a permanência de altos índices de analfabetismo no país ou a formação de grande contingente de analfabetos funcionais.

Buscou-se desenvolver essa pesquisa partindo da seguinte indagação: Por que na realidade Brasileira, desde 1947, a alfabetização de jovens e adultos é ofertada através de Campanhas e Programas? Para tanto, fez-se uso da metodologia de pesquisa bibliográfica, através da revisão de literatura, com base em autores como: Vanilda Pereira Paiva (1987), Sérgio Haddad (1992), Maria Clara Di

Pierro (2009), Jane Paiva (2005), José Carlos Libanêo (2009), Gilberta Martino Jannuzzi (1987), entre outros.

Partindo da hipótese de que, apesar das mudanças na conjuntura social e política no Brasil, a alfabetização de adultos ainda é tratada de forma diferenciada, através de campanhas e programas que são interrompidos e substituídos a cada novo governo o que resulta na permanência de alto índice de analfabetismo e na formação de analfabetos funcionais. No decorrer da pesquisa, procurei identificar os motivos que levam o Governo Federal a atender de forma discriminatória a alfabetização de adultos, particularmente dissociada do processo de escolarização.

O objetivo geral desse trabalho foi conhecer os programas de alfabetização de adultos implementados pelo governo federal no período de 1947 a 2010. Para tanto, foram desenvolvidos três capítulos atendendo a objetivos específicos diferenciados, porém entrelaçados.

Um dos objetivos específicos dessa monografia foi a compreensão dos processos históricos dos programas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Buscou-se então, dentro do primeiro capítulo, atender a essa demanda, descrevendo a trajetória histórica percorrida pelas campanhas de alfabetização de adultos no Brasil, no período de 1947-2011. Além disso, neste capítulo são reveladas as intenções das Campanhas de Alfabetização, bem como a evolução do conceito de alfabetização ao longo desses 60 anos.

Contemplando o objetivo específico de verificar até que ponto as CONFINTEAS influenciaram na elaboração das políticas de educação de adultos no Brasil, construiu-se o Segundo Capítulo, buscando também situar as mesmas no contexto histórico mundial, traçando um paralelo entre as ações do Governo Federal e as proposições pós-CONFINTEAS, num total de seis, sendo elas: Dinamarca, em 1949; Canadá, em 1960; Japão em 1972; França, em 1985; Alemanha em 1997; e Brasil em 2009.

No Terceiro Capítulo, descrevem-se as Tendências Pedagógicas presentes nas campanhas de Alfabetização de Adultos, tecendo um paralelo entre as mesmas e as intenções do governo na Alfabetização de adultos. Esse foi elaborado com o objetivo de identificar quais as tendências pedagógicas utilizadas nos programas de Alfabetização, elaborados pelo Governo Federal, e sua relação entra a política de governo e as políticas para alfabetização de adultos no período estudado. Nas Considerações Finais, foram feitas algumas reflexões com base na pesquisa

bibliográfica, sobre os motivos que levaram o Governo Federal a tratar a alfabetização de adultos sob a forma de Campanhas e Programas, desde 1947, e as consequências desta ação.

Tenho a expectativa de que o resultado deste trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão do tema, visto que o mesmo encontra-se vinculado à questão do analfabetismo funcional, sendo relevante na formação de futuros alfabetizadores.

## **2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (1947-2010)**

Historicamente, a alfabetização de jovens e adultos no Brasil, esteve vinculada a campanhas e estas estão diretamente relacionadas às mudanças ocorridas no cenário social e político nacional e internacional.

Após a Segunda Guerra mundial em 1945, o Brasil passa por um período de redemocratização, que teve início no final do Estado Novo, consolidando-se no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Esta redemocratização foi de caráter moderado, visto que o presidente eleito era um General e seu governo teve um caráter desenvolvimentista.

No Brasil, o alto índice de analfabetismo é um problema antigo, no entanto, a partir dos anos 1940 do século XX, há uma considerável modificação nas iniciativas voltadas para a educação de adultos. Arelada ao novo perfil político e econômico que se forma pós Segunda Guerra mundial, o Brasil entra num processo de urbanização e industrialização, o que reclama mão de obra com o mínimo de qualificação para atender o novo modelo econômico que gradativamente estava se formando.

A primeira iniciativa oficial do Governo Federal de alfabetização em massa de jovens e adultos no Brasil ocorreu em 1947, no governo do Presidente Gaspar Dutra, intitulada de: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), tendo o Professor Lourenço Filho como coordenador Geral da Campanha. Segundo Paiva 1987, a CEAA tinha como objetivo principal a ampliação das bases eleitorais, a difusão da cultura e integração dos imigrantes, a preparação de mão de obra alfabetizada para a industrialização além da diminuição das estatísticas de analfabetismo no país.

A CEAA foi a primeira grande campanha de educação dirigida ao meio rural, no entanto, o ensino não era adequado as condições de vida da população residente no campo, visto que o material didático e a metodologia utilizada foram os mesmos adotados em todo país.

Na constituição da CEAA, estava presente, além da diretriz relacionada aos aspectos qualitativos de conciliar a campanha de massa, com a qualidade atrelada à continuidade de ensino, uma diretriz política relacionada aos aspectos quantitativos. No entanto, apesar da existência de duas diretrizes, a política e a técnica, houve a

predominância da diretriz política que privilegiou os aspectos quantitativos. Em relação a esse fenômeno, Paiva (1987, p.179) diz que “presente a intenção técnica, ela nunca logrará sobrepor-se à política do programa, ou seja, ao seu caráter de campanha alfabetizadora que pretende atingir grandes contingentes populacionais”; contraditoriamente aos objetivos centrais da campanha, que eram de cunho; **social**, justificados pela necessidade de integração de imigrantes baseado na questão de segurança nacional; **político**, sob a justificativa de aumento da base eleitoral e **econômico**, argumentado pela liberação do freio no desenvolvimento industrial, resultantes do grande número de pessoas não alfabetizadas. Houve a sobrepujança da diretriz política sobre a diretriz técnica, que valorizou os números em detrimento da qualidade, resultando basicamente na ampliação considerável do número de eleitores que aprenderam a desenhar seu nome, para fins exclusivos de fortalecimento dos currais eleitorais.

Um dos aspectos relacionados à campanha que merece destaque, foi o despertar para a necessidade de estudos relacionados à questão do analfabetismo no país, o que gerou durante a execução da Campanha, uma mudança gradativa no conceito do adulto não alfabetizado, apesar dessa ainda ter sido distante do real. No início da campanha, o adulto não alfabetizado era visto como marginal e incapaz. O analfabetismo era tido como causa e não efeito da situação social, econômica e cultural. No transcorrer da mesma, o contato dos técnicos com os adultos e as experiências, fizeram surgir novas idéias em relação a estes adultos junto aos próprios técnicos da campanha.

O Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido em 1947, tratou do lançamento da CEAA, no qual alguns teóricos presentes defendiam a alfabetização de adultos como o caminho para a promoção do país até mesmo no combate as endemias. Nesse congresso também houve exposição de trabalhos e troca de experiências relacionadas à alfabetização de adultos, inclusive nas iniciativas privadas e comunitárias. Lourenço Filho, responsável pela gestão da CEAA, enfatizou a importância da alfabetização de adultos para o desenvolvimento da produção industrial no país. Paiva (1987 p.188) afirma que:

As conclusões do congresso transformaram-se na sugestão para que fosse elaborada uma Lei Orgânica de Educação dos Adultos abrangendo não somente o ensino supletivo, mas também os cursos de continuação e aperfeiçoamento, colocando como ideal a ser

atingido, a criação de Universidades Populares oficiais ou privadas. (...) De certo modo, as conclusões do congresso refletem a mobilização observada no campo da educação popular desde a reabertura política do final do Estado Novo.

A CEAA foi desenvolvida sobre regime colaboração entre a União e unidades da federação. A União era responsável pelo planejamento geral, orientação técnica, controle geral dos serviços, auxílio financeiro e fornecimento do material didático. E as unidades Federadas ficaram responsáveis pela instalação das classes recrutamento de pessoal, administração e fiscalização imediata dos serviços. Os objetivos da campanha deveriam ser difundidos tanto pela União como pelas unidades Federadas. Estas deveriam estimular a colaboração voluntária no desenvolvimento das atividades da campanha:

Aos professores, era oferecida uma gratificação *pro-labore*, em níveis abaixo dos salários normais dos professores. Tudo fazia parte de uma estratégia que visava conduzir a comunidade a participar da alfabetização de adultos como tarefa cívica e por isso foi aberto o voluntariado, cuja função era manter aceso o interesse pela instrução popular e criar uma mística em torno do problema (Paiva, 1987 p.190).

Após a CEAA ter sido apresentada na III conferência Geral da UNESCO, o que provocou entusiasmo e curiosidade, foi realizado no Brasil, em 1949, o Seminário Interamericano, patrocinado pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos. Neste estavam presentes alguns países da América Latina como México, Venezuela, Guatemala, que também desenvolviam campanhas de educação de adultos. Diferente do Congresso Nacional realizado no Brasil em 1947, que tinha como objetivo exaltar a campanha CEAA, o Seminário assumiu um caráter técnico, com troca e análise das experiências, objetivando encontrar soluções para o problema do analfabetismo de forma global.

O Seminário Interamericano, além de discutir problemas pertinentes a alfabetização de jovens e adultos, inseriu nas pautas das discussões o problema da inadequação e insuficiência da escola primária, visto que este era responsável pelo alto índice de analfabetismo no continente. Para Paiva (1987 p.196),

Manifestavam seus participantes a consciência de que as campanhas de alfabetização não resolveriam o problema, que se faziam necessários verdadeiros sistemas de educação de adultos ao lado de uma atenção especial a ser dada aos problemas do ensino primário comum. Entretanto, reconheciam eles que o problema da educação das massas eram de ordem social e não estritamente pedagógicos.

Após o Seminário, foi iniciada no Brasil experiências de desenvolvimento comunitário no meio rural, de forma a colaborar com a Missão Rural de Educação de Adultos, criada dentro da CEAA, para por em prática o objetivo contido na Campanha, de alfabetizar o homem do campo.

A CEAA foi lançada em 1947 e extinta em 1963, apesar de em 1962 já entrar numa fase de contenção de orçamento devido a questões políticas e administrativas o que enfraqueceu suas atividades. O declínio da Campanha ocorreu a partir de 1954. Vários fatores colaboraram para a extinção da Campanha. Tais fatores foram paulatinamente sendo verificados dentre eles a identificação de que a redução do analfabetismo se deu apenas em nível da simples alfabetização, não havendo profundidade nem continuidade, o que levou a ser tachada de “fábrica de eleitores”. Sobre isso, Paiva (1987 p.192) enfatiza que:

Dez anos após o seu lançamento, a CEAA já não oferecia uma orientação aceitável para a solução do problema de educação de adultos. Ela demonstrava, entretanto, que o caminho da campanha de massa não parecia muito adequado e seu fracasso era um estímulo para que novos grupos buscassem novas soluções para o problema, tal como era solicitado pelo governo federal ao convocar o congresso.

No segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido em 1958, foram explicitados os problemas ocorridos na execução da CEAA em destaque está o problema relacionado ao baixo salário dos professores. Representantes de vários estados reclamaram da baixa gratificação destinada, o que impossibilitava a contratação de profissionais capacitados e competentes, provocando um processo de evasão escolar. O representante do Estado do Amazonas declarou que seu Estado pagava ao professor leigo 05 vezes mais o que a Campanha propunha pagar, desmistificando a ideia de voluntarismo proposto pela Campanha.

Outra crítica importante feita ao programa estava relacionada à falta de verbas para manutenção do espaço físico das classes e aquisição de material escolar, o que enfatizava mais ainda a ideia de formação de eleitores. O material visual distribuído pelo programa não pôde ser utilizado por não haver profissionais treinados para esse fim, além da pouca variedade de filmes que eram exibidos apenas nas festividades escolares. Por ser unificado, o material didático era inadequado aos adultos e as diversas regiões brasileiras.

As informações prestadas pelos Estados relativas ao desenvolvimento da Campanha eram desorganizadas, imprecisas e incompletas. Alguns Estados declaram no Congresso não possuir nenhum dado sobre a execução do programa, o que denota falta de fiscalização das entidades competentes.

Um aspecto bastante relevante está relacionado à questão da falta de interesse do homem do campo em alfabetizar-se, justificando pela baixa qualidade da educação dispensada. Nesse sentido, Paiva (1987 p.192) afirma que:

Nesse congresso colocou-se pela primeira vez de modo mais convincente a pouca rentabilidade dos programas predominantemente rurais, concluindo os representantes do Nordeste que o desinteresse do trabalhador rural em adquirir instrução ligava-se à sua consciência de que este estudo rudimentar e de baixa qualidade que lhe era oferecido não melhoraria o seu nível de vida.

Os números indicam uma redução no índice de analfabetismo no país ao longo da Campanha, no entanto, se fizermos uma leitura dos elementos apontados, podemos verificar que a mesma contribuiu de forma substancial para a formação de pessoas semi-analfabetas, como ainda afirma Paiva (1987, p.194):

As atividades da Campanha, com toda sua precariedade, formando grandes contingentes de semi-analfabetos, contribuíram – entretanto - juntamente com a maior difusão do ensino primário para diminuição dos índices de analfabetismo: eles caíram de 55% em 1940 para 49,31% em 1950 e para 39,48% em 1960, apesar do elevado crescimento da população.

No governo de Kubitschek, foi declaradamente reconhecido o fracasso da CEAA a mesma serviu apenas para fazer com que alguns adultos dominassem a



técnica de assinar o nome, sendo ineficaz como estratégia e como método de combate ao analfabetismo.

Motivada pela CEAA, que tinha como um dos focos a educação rural, visando o desenvolvimento e inserção do homem do campo na relação de comunidade para solução de problemas coletivos, surge em 1952 a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em decorrência de recomendações provindas do Seminário Interamericano de Educação de Adultos (1949), após a experiência piloto na cidade de Itaperuna, Rio de Janeiro. Acreditava-se que com a educação rural poderiam ser minoradas as diferenças entre o campo e a cidade. Tais diferenças eram diretamente relacionadas ao analfabetismo como: precarização de vida, propagação de endemias, estagnação das técnicas de trabalho. Para Paiva (1987, p.198), caberia à Campanha, desse modo, “a preparação desse homem e o cumprimento dessa tarefa dependia do aprimoramento dos métodos e das técnicas de uma pedagogia não escolar: a educação comunitária”.

Influenciada pelo chamado “Otimismo pedagógico”<sup>1</sup>, a Campanha acreditava que o desenvolvimento do homem do campo dependia apenas de fatores educacionais, deixando então de incluir nas discussões os fatores de ordem social e político. As ações separavam os métodos educativos a serem empregados das reflexões sobre questões relacionadas aos fatores que impediam o desenvolvimento do homem do campo. Tais fatores estavam relacionados às condições de vida desse homem como; precariedade de serviços de saúde, insuficiência de saneamento básico, dificuldade de deslocamento entre o campo e a cidade devido à distância, dentre outros.

Um dos aspectos que contribuiu para a idealização da CNER foi a contenção das migrações do homem do campo. Acreditava-se que fixar o homem no campo era imprescindível para fortalecer o desenvolvimento industrial no país, visto que esse homem não detinha o domínio da leitura e escrita, necessários a inserção no mundo do trabalho industrializado. Na cidade, esse homem serviria apenas para empobrecer o espaço urbano. O que a educação rural pretendia era ajustar o homem às atividades rurais através do aprendizado de técnicas agrícolas mais modernas e da troca de experiência no contato com a comunidade, fortalecendo o

---

<sup>1</sup> O fenômeno denominado por Jorge Nagle de Otimismo Pedagógico caracteriza-se, de acordo com Paiva (1987, p.30), “pela preocupação com funcionamento eficiente e com a qualidade dos sistemas de ensino dos movimentos educativos”.

sentimento de pertença, estimulando o desenvolvimento comunitário. Paiva (1987 p. 201) pontua que na divulgação e execução da campanha,

eram consultados as autoridades locais, os fazendeiros e o clero, em busca de apoio local para o programa; em seguida buscava-se fazer emergir a liderança comunitária que, treinada, auxiliava no desenvolvimento das atividades da Campanha. Essas atividades eram dirigidas no sentido da educação de base, da organização de cooperativas, da assistência sanitária, cívica e moral, da introdução e melhoria das técnicas agrícolas, clube de jovens e de mães, etc.

As atividades da Campanha (CNER) foram desenvolvidas em diversos estados do País, em especial no Nordeste, no período de 1952 a 1963, concomitantemente com a CEAA que direcionou suas atividades à população do centro urbano.

Não obtendo êxito, a CNER foi extinta em 1963, junto a outras campanhas do MEC. Percebeu-se que os resultados da campanha não eram satisfatórios; a verba destinada à execução da mesma era insuficiente; a metodologia educativa voltada para o desenvolvimento através da organização de comunidades, não era efetiva, pois existiam importantes fatores de ordem social que precisavam ser resolvidos; foi percebido pelos técnicos da Campanha que o desenvolvimento no campo não ocorreria apenas através da educação em comunidade.

Em algumas regiões, as atividades da Campanha nem chegaram a ser desenvolvidas, pois os políticos locais temiam ameaçar seu poder, e em outras, após ter sido instalada, recebeu a solicitação de retirada pelo mesmo motivo: receio da quebra do poder local. Apesar desse não ter sido o objetivo da campanha que estava centrada no desenvolvimento e na modernização.

As campanhas CEAA e CNER, apesar de não lograrem êxito, foram de suma importância para a mudança no paradigma de que o adulto não alfabetizado é um ser incapaz. A aproximação com o adulto do campo fez perceber claramente sua capacidade produtiva, sendo essa era responsável pela grande parte da riqueza do País. A cultura popular regional foi valorizada, também, após este contato.

Em 1958, após o reconhecimento do fracasso da CEAA, ocorre no Rio de Janeiro o II Congresso Nacional de Educação de Adultos com o apoio do MEC, na busca de soluções mais eficazes para o problema da educação de adultos. Segundo Paiva (1987, p.207), “seu objetivo seria o estudo do problema da educação dos adultos em seus múltiplos aspectos, visando seu aperfeiçoamento”. A base das

discussões girava em torno da idéia de que o problema da educação de adultos não deveria ser discutido apenas à luz da criação de técnicas educativas. Para tanto era preciso fazer um balanço das campanhas de educação de adultos desenvolvidas no Brasil, redefinindo objetivos e diretrizes.

No II Congresso Nacional de Educação de Adultos, foram enviadas 210 teses com idéias diversas sobre o tema. A variedade das posições ideológicas sobre a questão ia desde o entendimento de que a educação de Adultos serviria de instrumento para prevenir a subversão, deveria ser aplicada de forma cautelosa para não gerar perturbações sociais, que a erradicação do analfabetismo (na época, o analfabetismo era visto como chaga social, por isso o uso do termo erradicar) serviria para o exercício da democracia, no qual votar iria além da simples marcação na cédula. O eleitor deveria ter condições de, ao ler o nome do candidato, fazer uma análise crítica sobre sua proposta e atuação, até a ideia da educação como caminho para transformação social e construção da sociedade futura inspirada no nacionalismo.

Antecedendo o II Congresso Nacional, ocorrem nos Estados Seminários preparatórios. Em Pernambuco, Paulo Freire, apresenta o tema “A educação dos Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, Apontando as causas sociais do analfabetismo e a necessidade do desenvolvimento da sociedade como forma de eliminação do mesmo. Paiva (1987 p.209) salienta que:

Deixando de lado as causas pedagógicas, a equipe pernambucana tratava de identificar no pauperismo e na ignorância as causas imediatas do analfabetismo, propondo o seu combate através do aproveitamento dos recursos de eletrificação, irrigação, drenagem e açudagem para que se pudessem obter uma industrialização bem planejada e a racionalização dos métodos de aproveitamento do solo.

Em Recife, as discussões foram centradas na questão da consciência do povo em relação ao processo de desenvolvimento, e a importância da participação efetiva da população. As discussões sugeriam a renovação dos métodos e a inserção do homem processo educativo, que era meramente auditivo. O trabalho educativo era para o homem e não com o Homem.

O marco do II Congresso é a visibilidade do início das transformações do pensamento pedagógico brasileiro, que passa do “otimismo” pedagógico para reflexões sobre a importância do social na elaboração das idéias pedagógicas. A preocupação não é mais com os aspectos numéricos do analfabetismo, mas, com a questão da qualidade do ensino e dos métodos. No II Congresso foi sugerida a realização anual de uma Conferência de Educação de Adultos para avaliar as experiências nessa proposta educativa.

Após o reconhecimento do insucesso das Campanhas (CEAA e CNER), profissionais da educação mobilizaram-se em torno da elaboração de ações pedagógicas mais eficazes para a educação de adultos, tendo como base a reparação dos pontos criticados nas Campanhas anteriores pontuados no II congresso Nacional da Educação de Adultos. Foi criada em 1958, a campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Nesse contexto o Brasil passava por um novo momento na educação de Adultos.

A CNEA expandiu-se chegando a atuar através de 34 centros distribuídos nas diversas regiões do país. Cada centro continha um setor relacionado à educação urbana e outro a educação rural, com a intenção de ser um programa experimental de educação popular para o combate do analfabetismo em crianças e adultos. Paiva 1987 ressalta que essa campanha, “visava combater o analfabetismo em todas as suas frentes, enfocando-o como fenômeno social que tem causas sócio-econômicas que devem ser conhecidas”.

A verba para desenvolvimento da proposta foi liberada pelo Governo Federal e essa deveria ser dividida entre as cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul), onde seria executado um projeto Piloto num município de cada região. A cidade de Leopoldina no Rio de Janeiro foi considerada o centro nacional, onde eram testados os projetos antes de serem aplicados nos municípios das demais regiões.

Ao analisar os números relacionados à evasão, a CNEA passou a defender a importância da implantação da educação de base em locais que essa servisse como instrumento de trabalho. O ato de ler e escrever deveria fazer sentido para o alfabetizando. Era necessário que esse tivesse o entendimento de que o domínio da leitura e da escrita serviria tanto para sua vida social, como para uma melhor inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, na organização do programa foram priorizados conhecimentos relacionados à higiene, economia e trabalho. Paiva

(1987, p.x) afirma que “o programa da CEAA era um verdadeiro programa experimental de desenvolvimento comunitário, com vistas à pesquisa de métodos educativos”.

No entanto, apesar de toda organização em favor da implantação de um modelo educacional que favorecesse o desenvolvimento e alfabetização do homem do campo, os índices de evasão permanecem e a CNEA conclui que:

os altos índices de evasão vieram provar que só era possível atingir uma parcela dos analfabetos: aqueles que ainda possuíam esperança de melhoria social e profissional. Sob esse aspecto as experiências da CEAA eram conclusivamente contra as campanhas de massa, enfatizando o papel da escolarização primária das crianças como solução para o problema do analfabetismo (PAIVA, 1987, p. 217).

Diante da constatação do quadro de evasão a campanha buscou solução através de incentivo financeiro ao professor alfabetizador de adultos, onde o salário poderia ser ajustado de acordo com os índices de frequência e aprovação. A CNEA foi extinta em 1963 devido à contenção orçamentária.

As três campanhas CEAA, CNER, CNEA ocorreram de forma simultânea no período de 1947 a 1963. Os objetivos básicos estavam relacionados à erradicação do analfabetismo e foram inseridos paulatinamente, diante da necessidade de ajuste metodológico e das mudanças de paradigmas ocorridas ao longo da execução das mesmas, após as avaliações nos I e II Congressos de Educação de Adultos, tendo focos diferentes para o meio urbano e para o meio rural. No meio urbano, era voltada à preparação de mão de obra para atender as demandas do país em fase de industrialização, e no meio rural o objetivo primordial estava voltado para a fixação do homem no campo.

Os motivos do fracasso das Campanhas são semelhantes: restrição na aplicação de recursos financeiros; suspensão de verbas; embate de forças políticas, no caso dos municípios onde era desenvolvida a Campanha voltada ao meio rural com base no desenvolvimento comunitário; falta de estratégia pedagógica específica para educação de adultos; subestimação da capacidade do adulto não alfabetizado; inexistência de levantamento de perfil do aluno; falta de levantamento diagnóstico no processo de elaboração da campanha, visando determinação de metas e avaliação.

Muitos desses aspectos, relacionados ao fracasso das Campanhas, foram identificados nos Congressos. Posteriormente, novas Campanhas com denominações diferentes foram lançadas, com objetivos e estratégias similares, ampla divulgação, sem alteração do quadro.

Apesar de enfraquecidas e já desacreditadas, as Campanhas foram seguindo seu curso até o final do Governo de Juscelino Kubitschek. O governo sucessor, o de Jânio Quadros, deu início a medidas relacionadas à “solução” do problema da educação de adultos, influenciadas por iniciativas que já vinham ocorrendo na esfera privada e na igreja desde os anos 1950. Tais medidas resultaram na criação do MEB (Movimento de Educação de Base) e do MNCA (Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo).

Historicamente, a Igreja Católica dedicou-se a educação das elites, no entanto a partir dos anos 50 (do século XX) direciona o interesse na educação de massa. Algumas dioceses fazendo uso de estações rádio-transmissora existentes, dão início a educação de massa via rádio, as iniciativas isoladas resultam na criação da Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC) responsável pela elaboração de treinamento de pessoal para atuação neste sistema radiofônico.

A RENEK promoveu em 1960 na cidade de Aracaju um Encontro de Educação de Base. Neste evento foram tratadas questões técnicas e de organização da educação popular através da rádio. Foi levantada também a possibilidade de um trabalho em nível nacional de educação popular através de programas de rádio com o apoio do governo Federal.

Antes mesmo de assumir o cargo, o Presidente Jânio recebe uma carta da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos) propondo a criação do MEB, o conteúdo dessa carta estava relacionado ao financiamento público de programas privados para educação de adultos e refletia a preocupação da igreja em relação à educação de base em termos mais abrangentes, objetivando atingir um maior número de pessoas através do uso da rádio difusão.

Em 1961, Jânio Quadros assina o decreto que determina o financiamento do governo federal para a realização do MEB através das emissoras de rádio da igreja Católica. Para tanto, foi assinado um convênio entre o MEC e o CNBB de atuação delimitada às regiões subdesenvolvidas dos estados do Norte Nordeste e Centro-Oeste. O curioso é que a maioria das estações de rádio da Igreja estavam concentradas na região Sul, onde não houve autorização do Governo Federal para

implantação do movimento. No desenvolvimento do trabalho, a Igreja contou com o apoio de leigos engajados

Este era caracteristicamente um movimento de inspiração cristã, mas os objetivos catequéticos foram deixados de lado; pretendiam os leigos que assumiram a responsabilidade pela reflexão, planejamento e execução do MEB, realizar trabalhos de promoção humana através da educação do povo, sem propósitos evangelizadores (PAIVA, 1987 p. 223).

A equipe do MEB era composta de Professores, Supervisores, Locutores e Monitores ligados ao sistema em uma determinada área, podendo existir mais de um sistema numa mesma região. Os Monitores eram voluntários da própria comunidade, escolhidos e treinados pelo MEB tendo a função de provocar discussões, verificar os exercícios e estimular o aluno para o estudo.

O primeiro ano de funcionamento do MEB foi destinado à organização do mesmo, somente a partir de 1962 o MEB começa assumir característica de movimento de cultura popular, fortemente influenciado pelas esquerdas cristãs.

Como MEB estava restrito a determinadas regiões do Brasil de forte característica agrária, o Governo Federal com o intuito de atender as regiões mais urbanizadas criou o MNCA (Movimento Nacional Contra o Analfabetismo) em 1961, que não chegou a ser implantado.

O governo que sucedeu o presidente Jânio Quadros retoma em 22 de maio 1962 o MNCA. Como o plano Nacional de Educação ainda estava em elaboração a retomada do MNCA serviu para aplicação de recursos disponíveis para educação de adultos.

Os objetivos do Movimento estavam relacionados à educação popular em geral e agregava ações das campanhas preexistentes que estavam em fase de desaceleração, inclusive no que diz respeito à suspensão de verbas. O MNCA abrangia a escolarização de crianças entre 07 e 11 anos, a identificação de jovens analfabetos de idade entre 12 e 21 anos com vias à prestação de atendimento escolar, e a alfabetização de pessoas acima de 21 anos dentro das possibilidades do movimento. Paiva (1987 p. 227) pontua que:

O pessoal necessário para o funcionamento da Mobilização deveria ser recrutado, preferencialmente, entre os funcionários das Campanhas preexistentes. Ficava também estabelecido que os

Centros pilotos de erradicação do analfabetismo deveriam ser transformados em Centros Regionais de Treinamento de Professores do Ensino Primário.

Em 26 de Setembro 1962, surge o Programa de Emergência substituindo o MNCA. Seus objetivos “referiam-se tanto a ampliação e melhoria qualitativa do ensino primário comum quanto à alfabetização da população adulta” (PAIVA, 1987 p. 228). Os recursos para desenvolvimento do Programa eram advindos dos fundos nacionais do ensino primário e médio. O programa previa a elaboração e distribuição de material didático para educação de adultos e ensino primário que durou apenas seis meses.

Desde a CEAA 1947, o problema da Educação de adultos foi tratado como fazendo parte da educação popular em geral. As soluções buscadas incluem tanto o ensino primário como educação de adultos num mesmo programa. Paiva pontua que: “O tratamento exclusivo da educação dos adultos, na época, se fazia através dos movimentos locais que se ampliavam e se multiplicavam pelos diversos Estados” (1987 p.229). Portanto, apesar de extintas as Campanhas oficiais, movimentos de educação de adultos continuaram surgindo no país e reclamavam apoio do MEC às suas ações. Esses movimentos, em sua maioria, tinham como princípio teórico metodológico a pedagogia elaborada e defendida pelo Educador Paulo Freire. Estes foram vistos durante o golpe militar como grande ameaça ao novo regime que tentava se instalar no país. Com o golpe de 1964 os movimentos de massa em prol da educação de adultos juntamente com seus promotores sofreram forte repressão, sendo contidos ou extintos.

No período do governo militar, houve uma considerável modificação na intenção da promoção de Educação de Adultos:

Durante a ditadura militar e até aproximadamente meados de 80, as práticas de alfabetização no âmbito oficial são utilizadas como estratégia de despolitização, de suavização das tensões sociais e como instrumento fundamental de preparação de mão-de-obra para colaborar com os mecanismos de desenvolvimento econômico (MOURA, 1999, p. 32).



As únicas ações educativas direcionadas ao público adulto que permaneceram após o golpe militar foram aquelas de cunho assistencialista e de caráter conservador, especialmente a cruzada ABC (Ação Básica Cristã). A Cruzada compunha os trabalhos da missão protestante introduzida no Brasil pós Segunda Guerra Mundial, em contraposição ao movimento de alfabetização baseado no método Paulo Freire e em apoio ao novo regime político instaurado no país. Pode-se afirmar que

assim como o sistema Paulo Freire foi oficializado pelo Estado populista nos últimos meses de 1963, após o movimento golpista, a Cruzada ABC (1964-1969) projetou-se como braço pedagógico do Estado militar, tornando-se, posteriormente, uma das forças embrionárias da formação do Mobral. A ABC tentou inclusive demonstrar, sem êxito, que poderia vir a ser um movimento disseminado em todo território nacional. (SCOCUGLIA, 2003, p.80).

Nos dois primeiros anos o Governo Militar não priorizou a Educação de Adultos apenas direcionou apoio e financiamento à referida cruzada que, além disso, recebia suporte norte-americano. Foram desenvolvidas preferencialmente atividades no Nordeste, onde as ideias propagadas pelos programas anteriores, que confrontavam com a proposta política do regime instaurado, deveriam ser extintas, em especial as relacionadas ao método Paulo Freire.

Em 15 de dezembro de 1967, o MOBREAL foi criado como “entidade coordenadora dos esforços em matéria de educação” Paiva, 1987. A fundação MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) surgiu em substituição às campanhas de educação extintas em paralelo a Campanha ABC. Com caráter ideológico diferenciado, tinha como intenção principal o ensino da leitura, escrita e elementos matemáticos básicos, deixando de lado a questão da formação integral do indivíduo enquanto ser pensante e ativo.

Apesar de fazer uso de elementos significativos do método Paulo Freire, como a decomposição silábica das palavras geradoras, o MOBREAL, tinha como objetivo claro a contraposição de suas ideias pautadas na Pedagogia libertadora.

A elaboração do material didático do MOBREAL foi feito através do convênio com três editoras, sendo a orientação do conteúdo determinada pelo Movimento. A base teórica do Movimento preconizava que o esforço individual era suficiente para

o sucesso e adaptação aos padrões de vida modernos. Essa ideia de responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso desfavorece a formação de uma consciência crítica que possibilite a contestação do regime imposto.

Em 1970, o Mobral consolida-se enquanto entidade executora do programa de alfabetização, lançando uma campanha de alfabetização em massa. Até então, funcionava como elemento coordenador, “o programa foi lançado de modo improvisado, sem planejamento de continuação imediata das atividades educativas para os neo-alfabetizados” (Paiva, 1987, p. 297). No seu processo de execução lançou mão de estratégias utilizadas pelas Campanhas anteriores como: convênio com Estados, Municípios e entidades privadas, além do apoio da população local através da ampla divulgação por meio de propagandas, derivando assim em todo território nacional iniciativas de alfabetização de adultos tendo destaque o PEI (Programa de Educação Integrada). Este abria possibilidade de continuidade dos estudos pós-alfabetização até a conclusão do antigo curso primário.

Sendo extinto em 1985, o programa teve a Fundação Educar como substituto na tarefa de “solucionar” a questão da educação de adultos no Brasil. Em seguida, o Decreto 92.374, de 06 de fevereiro de 1986, aprovou o estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. Ele define que: “A EDUCAR tem como objetivo a execução de programas de alfabetização de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente”.

Dando apoio financeiro e técnico aos programas em execução, foi extinta em 1990, ficando o país sem nenhum de tipo de política federal voltada para educação de adultos, deixando a cargo dos estados, municípios e de alguns segmentos da sociedade civil desenvolver ações educativas para alfabetização de jovens e adultos. Dois anos após aprovação do estatuto da EDUCAR, foi promulgada a Constituição Federal de 1988.

A extinção do Mobral e a substituição do mesmo pela Fundação EDUCAR, aconteceu justamente num momento em que mudanças significativas ocorriam no cenário político brasileiro, pois com o fim dos governos militares iniciou-se no país um processo de redemocratização, tendo como um dos marcos, a promulgação da Constituição Federal em 1988, no governo do Presidente José Sarney (1985-1990). Inclusive, esta tem sido vista como a mais democrática constituição promulgada até o momento no país. A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 208, inciso

I, estabelece que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O direito a educação para jovens e adultos que não tiveram acesso na idade própria ou que mesmo tendo acesso não obteve sucesso em seu processo de aprendizagem foi garantido em lei. No entanto, o cumprimento dessa lei depende de ações efetivas de combate ao analfabetismo e de continuidade aos estudos pós-alfabetização. A CF com tal determinação criou a expectativa de mudança na atenção para a educação de jovens e adultos inclusive no que diz respeito a erradicação do analfabetismo, o Governo que sucede o do presidente José Sarney teria então que corresponder tais expectativas geradas pela lei.

Em 1990, no governo Fernando Collor, dois anos após a promulgação da oitava Constituição Federal Brasileira, extinta a fundação EDUCAR, mais um programa de alfabetização de adultos foi lançado, denominado de Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), definindo como meta a redução dos índices de analfabetismo no país em 70% no período de cinco anos, o referido programa durou apenas um ano.

No ano de 1993, durante o governo do presidente Itamar Franco, foi lançado o Plano Decenal de Educação para Todos. Nele continham as estratégias para universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo.

Reafirmando o estabelecido pela Constituição Federal quanto a universalização da Educação Básica, a EJA foi inserida na LDB 9394/96 como modalidade de ensino, tendo os artigos 37 e 38 destinados à descrição dos elementos que deverão compor tal modalidade e que servirão de base para a elaboração dos mais variados projetos para EJA, Diretrizes Curriculares, Propostas Pedagógicas, dentre outros.

Em 1997, no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi implantado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), tendo como coordenadora a primeira dama, na época, Ruth Cardoso, que acumulava a coordenação do programa Comunidade Solidária e do PAS.

Na execução do programa estava previsto a mobilização nacional, a existência de um projeto piloto como referência, busca de incentivo e parceria, avaliação permanente e mobilização da juventude. Tais ações são característica do projeto de política neoliberal, defendido pelo referido Presidente, que prevê a

descentralização das responsabilidades. Esta proposta foi aplicada em todas as ações de seu Governo, inclusive na educação.

O governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva não fugiu à regra na criação de mais um programa de alfabetização de adultos, denominado de Programa Brasil Alfabetizado (PBA), lançado em 2003, pelo ministro Cristóvão Buarque e ampliado em 2007, pelo ministro Fernando Haddad. Com atendimento prioritário a municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%.

O quadro de alfabetizadores, segundo o programa, devia ser composto preferencialmente por educadores da rede pública que receberiam uma bolsa do Ministério da Educação para desenvolver as atividades no turno oposto ao que já desenvolvia na rede. Além de poder ser alfabetizador qualquer cidadão com nível médio completo, após curso de formação. O valor da bolsa em 2010 era R\$ 250,00 e R\$ 500,00 reais, para alfabetizador e coordenador, respectivamente.

O PBA continua sendo executado pelo governo da atual presidenta Dilma Rousseff nos mesmos moldes definidos pelo seu antecessor, no entanto, em entrevista concedida à Agência Brasil, o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, declarou que:

O programa [de erradicação da pobreza extrema] passa também pelo programa de alfabetização. Nós temos um problema grande de analfabetismo de adultos. Estamos pensando em relançar um programa de alfabetização. Essa questão é uma vergonha para o Brasil ainda, disse o ministro (2011).

Dessa forma, assiste-se novamente a mais um experimento de alfabetização de adultos, guiado por uma política pública federal.

O ministro Gilberto Carvalho explicou ainda que a qualificação profissional está no cerne do programa:

Nesse sentido, vai na linha muito forte de qualificação, de treinamento. Para isso, a economia tem que continuar girando, senão essa gente não vai poder ingressar no mercado de trabalho. Nós temos, hoje, uma demanda cada vez maior de mão de obra qualificada (2011).

Percebe-se, no discurso do ministro, uma familiaridade com outros discursos anteriores, pois ele trata do analfabetismo como vergonha nacional, assim como

ocorreu nos discursos que justificaram as primeiras campanhas de alfabetização. Ele fala também da necessidade de atender ao mercado de trabalho formando mão de obra qualificada, portanto, mais uma vez a educação é justificada pela necessidade de manter a economia girando, o Capital continua ditando as regras de como deve ser tratada a educação.

Outro fator que interfere na elaboração de políticas públicas para Educação de Adultos em todo o mundo são as CONFINTEAS (Conferência Internacional de Educação de Adultos), encontros internacionais que através de documentos propositivos influenciam na elaboração dessas políticas no mundo. O Brasil, enquanto país membro elabora suas políticas para educação de adultos com base nos documentos propostos nessas Conferências.

### 3. CONTRIBUIÇÕES DAS CONFINTEAS NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

#### 3.1 AS CONFINTEAS NO CONTEXTO HISTÓRICO MUNDIAL

Desde o final do século XIX e início do século XX, os países industrializados fizeram uso de estratégias com o objetivo de regular as relações entre capital e trabalho, adotando o modelo de estado intervencionista baseadas no Keneynsiano<sup>2</sup>.

Na década de 1940, momento auge do capitalismo, foi adotado pelos Estados Unidos, e em alguns países europeus, o modelo defendido por Keynes, denominado de *Welfare State* ou estado de Bem-estar social, tendo como foco a oferta de políticas de segurança social. Tal modelo defendia que o estado deveria assumir o papel regulador interferindo nas relações produtivas visando “sanar” os males<sup>3</sup> causados pelo capitalismo industrial sobre a população, objetivando conter possíveis crises. Essas ações foram resultantes de pressões decorrentes dos movimentos de operários por melhores condições de vida e inserção do indivíduo enquanto sujeito portador de direitos e da necessidade de contenção das crises do capital onde, na tentativa de camuflar sua real face de exploração passa a ofertar serviços sociais a população através do Estado.

Portanto, o padrão de bem-estar social oferecido a população é fruto da pressão da classe trabalhadora sobre o estado e da necessidade de intervenção do mesmo no reordenamento das forças produtivas nos períodos de crise geradas pelo próprio capital.

Até o final da década de 1970, em que o padrão de acumulação e produção capitalista entra em crise, nos países industrializados, foi adotado o modelo intervencionista de Estado, mas durante e após a crise tal modelo é duramente criticado na tentativa de introdução de um novo modelo denominado neoliberal, tal modelo “retira” a responsabilidade do Estado pela promoção do bem estar social e designa à sociedade a responsabilidade pela solução dos problemas causados pelo processo de reorganização do capital.

---

<sup>2</sup> A teoria Keynesiana proposta por John Maynard Keynes defendia a intervenção estatal na vida econômica para a garantia do pleno emprego além de defender o controle da inflação.

<sup>3</sup> Esses males podem ser resumidos nos seguintes pontos: divisão da sociedade em classes, inserção da mão de obra feminina no trabalho, migração, inchaço nas grandes cidades.

No Brasil, não foi adotado o modelo de Estado de bem-estar social. Até a década de 1990, o Estado fez uso de estratégias intervencionistas exercendo função reguladora entre o setor econômico e social como meio de obter a eficiência econômica e a coesão da sociedade. No entanto, a partir dos anos 90, vem ocorrendo no Brasil uma visível mudança na relação entre governo e sociedade, com a transferência das responsabilidades do referido para a sociedade civil dos problemas decorrentes da exploração do capital, tal transferência acabou estimulando a criação de um grande número de ONGs (Organizações Não-Governamentais), estas firmam parcerias em diversos setores, inclusive no que diz respeito à alfabetização de adultos. Tal ação descentralizadora é fruto da reestruturação do mesmo. Vale salientar que as ações empreendidas, tanto pelo Estado interventivo como neoliberal, não diminuíram as desigualdades sociais.

Como forma de compensar os efeitos nocivos do Capital, o estado elabora políticas públicas, no caso específico da educação de adultos, organismos internacionais como a UNESCO, através das CONFINTEAS, propõem ações aos estados membros no intuito de equiparar as ações na solução do problema da educação de adultos em termos mundiais.

Desde 1949, a UNESCO vem promovendo conferências voltadas para a educação de adultos, denominadas de CONFINTEAS. Verificar-se-á que as ações propostas nessas conferências estiveram diretamente ligadas ao que vem ocorrendo no cenário político, social e principalmente econômico dos países membros ao longo desses 60 anos, portanto, pretendem responder as necessidades imperiosas do capital, de formação de mão de obra qualificada e de aumento do exército industrial de reserva para atuar aos anseios de acumulação do capital.

A CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos) constitui-se num evento global que vem sendo realizado no intervalo de 10 a 12 anos, desde o final da década de 1940, organizado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) órgão vinculado a ONU (Organização das Nações Unidas).

As CONFINTEAS têm, dentre outras funções, servir como elemento de articulação para a promoção da educação de Jovens e Adultos entre os países membros, Tal articulação ocorre através da avaliação das ações empreendidas pelos Estados-membros e da elaboração de documento pré e pós Conferências.

As Conferências aconteceram dentro de contextos políticos diferenciados e historicamente determinados, com significativo avanço no que diz respeito à mudança da concepção de Educação do Adulto, atendendo aos interesses postos pelo regime econômico desenvolvido por grande parte dos países membros.

A primeira CONFINTEA foi realizada na Dinamarca, em 1949, logo após a criação da UNESCO e da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>4</sup>. Sucessivamente aconteceram as seguintes CONFINTEAS: no Canadá (1960), no Japão (1972) na França (1985), na Alemanha (1997), sendo a última no Brasil (2009).

Nas CONFINTEAS, além da discussão sobre temas relacionados à educação de adultos, é feito balanço das atividades desenvolvidas nos países membros em decorrência da execução do que foi proposto pela CONFINTEA anterior e a elaboração de documentos que contêm proposições para a implementação de programas de educação de adultos. Esses documentos que têm a função de orientar as ações para educação de adultos nos países membros refletem as intenções do Estado Capitalista no desenvolvimento de seus projetos de acumulação de riquezas. Apesar da participação, conflitos e resistência por parte dos técnicos nos eventos preparatórios às CONFINTEAS.

A CONFINTEA I ocorreu no período pós Segunda Guerra<sup>5</sup>, em 1949, na cidade de Elsinore, na Dinamarca, tendo como tema, a Educação de Pessoas Adultas como instrumento de resistências ao totalitarismo<sup>6</sup> e difusão de cultura de paz. Uma paz armada, visto que o fim da Segunda Guerra foi marcado pelo início da Guerra Fria, em agosto de 1949, que dividiu o mundo em duas partes.

A Guerra Fria traduziu-se numa disputa ideológica entre duas grandes potências, os Estados Unidos e a antiga União Soviética (URSS), ambas com forte aparato bélico. Durante esse período, essas duas potências disputaram a hegemonia política e econômica em todo o mundo, a ameaça nuclear era a grande

---

<sup>4</sup> A Declaração Nacional dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

<sup>5</sup> O fim da Segunda Guerra resulta no início da Guerra Fria (1947- 1991) com a emergência de duas grandes potências bélicas: EUA (Estados Unidos) e URSS (União das Republicas Socialista Soviéticas), sendo suas economias fundadas no Capitalismo e Socialismo sucessivamente.

<sup>6</sup> Totalitarismo foi um regime que surgiu na Europa, especificamente na Itália e Alemanha, na década de 1930, com objetivos militares e expansionistas, sendo o Nazismo liderado por Adolf Hitler e o Fascismo liderado por Mussolini, ambos cercados com forte aparato armamentista. Esse movimento deu origem à Segunda Guerra Mundial.



característica desse conflito, havia o temor de que o simples acionar de um botão resultasse no fim de toda humanidade.

A CONFINTEA I inaugurou a era dos incentivos às campanhas de alfabetização nos países considerados “atrasados”. Essa conferência contou com a participação de, em média, 100 pessoas entre 25 países e algumas ONGs. Segundo Knoll (2009, p. x), as críticas contemporâneas e posteriores a esta estavam relacionadas ao fato da mesma em sua essência ter sido um encontro regional da Europa Ocidental sobre educação de adultos. Isso pode ser demonstrado através do quadro abaixo que descreve a participação da primeira CONFINTEA:

Dos 79 delegados e observadores que ali se reuniram, 54 vinham de 14 países europeus e 14 da América do Norte. Onze delegados representavam o resto do mundo. O Egito, com, apenas um delegado, era o único país do continente africano representado. Havia apenas um delegado de toda América Latina. Três delegados, um da China um do Paquistão e um da Tailândia, representavam a Ásia. Não havia nenhum representante dos países do leste europeu ou das Republicas da URSS (HELY, 1962, p.12: ver também UNESCO, 1949).

Apesar da participação restrita, tal conferência foi de suma importância, como iniciadora das discussões sobre educação de adultos em nível mundial, pois refletiu sobre a tentativa de inserção do adulto no mundo letrado, visto que a educação de adultos ocupava uma posição marginal na maioria dos países europeus, participantes em massa dessa conferência.

Como fruto da primeira Conferência, no ano de 1960, em Montreal, Canadá, foi realizada a II CONFINTEA, tendo como tema principal, “A educação de adultos num mundo em transformação”, que discutiu o papel do Estado frente à educação de adultos e pontuou a necessidade do Estado em criar condições financeiras e administrativas para o desenvolvimento da educação de adultos.

Nessa conferência, estiveram presentes mais ou menos 200 pessoas, entre 51 estados (membros, observadores e associados) e 46 ONGs. Dos países participantes, oito eram Africanos, dez Asiáticos e oito Latino-americanos, além de delegados da URSS, Tchecoslováquia, Romênia e Hungria. Pode-se perceber que houve um aumento significativo no número de países participantes, já que na primeira CONFINTEA, foram 25, e na segunda, 51 países.

Ainda nessa conferência, foi introduzida pela primeira vez a questão da educação permanente. Segundo Vieira (2008, p. x), o relatório final desta continha a seguinte recomendação: “A educação dos adultos deverá, portanto, ser reconhecida por todos os povos, como um elemento normal, e por todos os governos como em elemento necessário do sistema de ensino de todos os países.” Apesar de tal recomendação, foi constatado que houve redução no incentivo financeiro e os adultos foram os menos beneficiados nas políticas públicas educacionais.

Observa-se também que o tema-foco da CONFINTEA II foi bastante pertinente, visto que na década de 60 de século XX, ocorreram grandes mudanças, tanto em termos econômicos como sociais, como por exemplo: redução na taxa de crescimento econômico; desconstrução do sistema Fordismo/Keynesianismo; mudanças comportamentais; a Revolução Cubana (que poderia por em risco a hegemonia americana) ; a independência de alguns países da África. Esse também foi um período de atitudes arbitrárias, marcada pela construção do Muro de Berlim, em 1961, símbolo da Guerra Fria. Ocorreu, além disso, a ida do homem à lua, como símbolo da supremacia americana na conquista do espaço.

Tais mudanças geraram a necessidade de delimitar ações concatenadas, focadas no interesse dos Estados membros em desenvolver uma educação de adultos, voltada para formação do indivíduo que participará do processo produtivo, desenvolvidos por esses estados. Seja como mão de obra atuante ou como exército industrial de reserva, constituído pelo contingente de mão de obra excedente que gera a competição entre trabalhadores, provocando a redução dos níveis de salário e o desemprego.

No Brasil, em 1964, com o Golpe militar, as campanhas de alfabetização de adultos desenvolvidas pelos governos anteriores e que tinham o apoio das comunidades, foram extintas dando lugar ao MOBREAL. Este teve suas ações iniciadas na década de 1970, com o objetivo de acabar com o analfabetismo no período de 10 anos. Dois anos após o início das ações do MOBREAL, aconteceu a III CONFINTEA (1972).

Os anos 1960, portanto, como já apresentado, foram marcados por grandes mudanças no cenário social, político e econômico, o que gerou profundas transformações na sociedade, inclusive na intensidade dos movimentos sociais. Foi nesse contexto (de transformações no contexto social, de manifestação de jovens e operários, da descolonização da África e da fundação do ICAE – Conselho

Internacional para a Educação de Adultos) que o Japão sediou a III CONFINTEA, em 1972, na cidade de Tóquio, tendo como tema, “A educação de adultos no contexto da educação ao longo da vida”. Essa foi a primeira vez que se fez alusão aos educadores de adultos, referenciando a necessidade de que o trabalho pedagógico fosse desenvolvido junto com o aluno em seu ambiente natural, a fim de estabelecer reais motivações ao mesmo. Mais uma vez foi destacada a importância do Estado em igualar os investimentos orçamentários aos destinados aos demais níveis de educação, e apesar de demonstrar preocupação com a reparação histórica nos países de Terceiro Mundo, não define os caminhos para tal ação.

Compareceram a esse evento, 83 países, três estados como observadores (incluindo Cuba) e 37 ONGs num total de 400 pessoas. Nesta conferência, a educação de adultos foi apresentada como fator de democratização, desenvolvimento econômico, social e cultural. Indicou também que a educação de adultos poderia contribuir na “solução” dos problemas da grave destruição ambiental, a intenção é que fosse desenvolvida através da educação uma consciência em relação ao papel do homem na preservação da natureza. Essa foi considerada uma conferência progressista, tendo influência das idéias de Paulo Freire e a presença de CUBA como Estado observador.

Como reflexo da presença das ideias de Paulo Freire nesta Conferência, também foi pontuado o tema educação de adultos como caminho para libertação e transformação. No entanto, não foi considerado o contexto socioeconômico presente no mundo onde o processo de introdução da política neoliberal<sup>7</sup> prega justamente o oposto.

A IV CONFINTEA aconteceu em 1985 em Paris, França, num contexto de crise econômica e contenção dos gastos públicos. Os temas abordados foram: Educação permanente; Declaração sobre o direito a aprender; Aprendizagem ao longo da vida (educação permanente) e Papel dos estados e ONGs. Estiveram presentes no evento, 122 Estados-membros e 59 ONGs, num total de 841 participantes.

---

<sup>7</sup> As idéias neoliberais (segundo Mariani, 2007, p. x) começam a ser implementadas na Europa e EUA a partir da década de 1970, com o acirramento dos sentimentos anticomunista, a Inglaterra foi o primeiro país a se empenhar na concretização do neoliberalismo, com vitória de Margareth Thatcher em 1979. No entanto o primeiro país a implantar o modelo neoliberal foi o Chile. No Brasil, a adoção do modelo neoliberal teve início após a eleição do Presidente Fernando Collor de Melo.

Observa-se que nesta conferência o tema que incluía a discussão sobre o papel das ONGs na Educação de Adultos, condiz com a política neoliberal que vinha sendo implantada nos países capitalistas, política essa que defende o Estado mínimo, transferindo à sociedade civil a responsabilidade pelas políticas sociais inclusive as voltadas para a educação.

Em Hamburgo, na Alemanha, foi realizada em 1997, a V CONFINTEA, cujos temas foram: Aprendizagem ao longo da vida como instrumento de fomento à participação dos cidadãos na promoção do desenvolvimento sustentável com equidade; e Reconhecimento da diversidade sociocultural e adoção de perspectiva de gênero. Mais de 170 países e 428 representantes de ONGs estiveram presentes num total de 1500 representantes.

Na V CONFINTEA foi aprovado dois importantes documentos: a Agenda para o Futuro e a Declaração de Hamburgo. Tal declaração

atribui à educação de jovens e adultos o objetivo de desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade das pessoas e comunidades para enfrentar as rápidas transformações socioeconômicas e culturais por que passa o mundo atual, mediante a difusão de uma cultura de paz e democracia promotora da coexistência tolerante e da participação criativa e consciente dos cidadãos (DI PIERRO, 2006, p.18).

Em relação à Agenda para o Futuro, Di Pierro (2006, p. 18) assinala que:

Dentre os temas abordados com prioridade pela Agenda para o Futuro aprovada na Conferência, consta a garantia do direito universal à Alfabetização e à educação básica, concebidas como ferramenta para a democratização do acesso à cultura, aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação.

Nesses documentos, houve um alargamento na concepção da alfabetização de adultos, sendo a mesma posta como necessidade de aprendizagem relacionada ao contexto sociocultural. Dessa forma, a alfabetização de adultos deveria servir como ferramenta no processo de transformação dos indivíduos e da coletividade. Essa proposta estava relacionada à atual concepção de alfabetização como processo de letramento, que vem sendo introduzida por estudiosos brasileiros. No entanto, pouco tem sido adotado pelos programas e campanhas de curta duração desenvolvidas no Brasil, como afirma Di Pierro 2006.

A declaração de Hamburgo documentou a proclamação da Década da Alfabetização, na V CONFINTEA, em homenagem ao educador Paulo Freire:

Portanto, nós nos comprometemos a assegurar oportunidades para que todos possam ser alfabetizados; comprometemo-nos também a criar, nos Estados-Membros, um ambiente favorável à proteção da cultura oral. Oportunidades de educação para todos, incluindo os afastados e os excluídos, é a preocupação mais urgente. A Conferência vê com agrado a iniciativa de se proclamar a década da alfabetização, a partir de 1988, em homenagem a Paulo Freire (Hamburgo, 1997).

No período de 06 a 11 de setembro de 2003, seis anos após a V CONFINTEA, aconteceu uma reunião, na Tailândia, denominada de CONFINTA + 6, entre os Estados-membros da UNESCO, tendo como objetivo fazer um balanço sobre as ações empreendidas por esses a partir das recomendações da V CONFINTEA. Nesse encontro, o Brasil enviou um documento de balanço, porém sem delegação oficial, comparecendo a convite da UNESCO um grupo de especialistas brasileiros proveniente de universidades, institutos, fundações e ONGs.

O Brasil foi sede da VI CONFINTEA, em 2009, na cidade de Belém do Pará. Essa foi a conferência com maior número de participantes, sendo 155 Estados-membros, demais delegações e organização da sociedade civil num total de 1500 pessoas. O tema daquele encontro foi: Vivendo e aprendendo para um futuro viável – o poder da aprendizagem e da educação de adultos. Essa foi uma importante oportunidade para que o Brasil pudesse refletir sobre a EJA numa perspectiva mundial, pois na preparação da mesma houve grande mobilização nacional através dos FÓRUNS EJA, nos quais puderam ser discutidas as questões relativas a essa modalidade.

É notória a modificação na concepção e na demanda da educação de adultos, a partir da leitura dos temas das conferências, desde a ação inicial na mobilização para o desenvolvimento da educação voltada ao adulto até o entendimento da necessidade de acrescentar ao termo “educação de adultos” a expressão “aprendizagem de adultos”.

Pode-se observar que o capital tem a necessidade de preparar mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento de seus processos produtivos e de estabelecer o controle social dos adultos por meio de ações educativas, que muitas vezes são

propostas nessas conferências. A evolução do conceito de alfabetização de adultos presentes nas CONFINTEAS influencia diretamente na elaboração dos objetos legais e das políticas sociais para a educação de adultos, justificando muitas vezes o proposto pelos organismos internacionais, no entanto a viabilização das mesmas depende do interesse governamental e da correlação de forças na determinação das políticas públicas.

Ao longo desses 60 anos, as CONFINTEAS foram agregando através de seus encontros, além de Estados-membros, diversas ONGs que participaram presencialmente e em seus países de origem, da elaboração de documentos preparatórios e pós-Conferências. Nesses documentos, os Estados-membros assumiram o compromisso de fomentar políticas públicas direcionadas a educação de adultos incluindo a alfabetização.

O Brasil, como participante ativo, assumiu o compromisso de implantar políticas públicas para a EJA que atinjam às metas pré-estabelecidas. No entanto, na elaboração e execução das políticas de educação de adultos ocorre o choque de interesses entre capital e movimentos sociais. No capital, exige-se, além da preparação de mão de obra, a formação do indivíduo com atitude resignada diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, no qual o mesmo é levado a acreditar que a não colocação nesse mercado reduzido, independente, não-estatizado, excludente e competitivo, é de sua inteira responsabilidade. Por outro lado, os movimentos sociais propõem que a educação de adultos tenha um cunho político e a alfabetização de adultos mantenha as características de conscientização propostas por Paulo Freire.

A elaboração das políticas para a Educação de Adultos, em especial a alfabetização, no Brasil, está vinculada ao modelo de gestão adotado em cada momento político e seus compromissos com organismos internacionais. Desde as primeiras ações, pode-se perceber a existência de interesses vinculados à elite de solidificação e manutenção de seu *status quo*. Assim, para o entendimento do processo de elaboração e execução das políticas de alfabetização de adultos faz-se necessário uma retrospectiva histórica.

### 3.2 AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL E AS CONFINTEAS.

Desde 1947, podemos verificar no Brasil o desenrolar de iniciativas políticas para a alfabetização de adultos. A primeira delas, ainda em 1947, foi impulsionada pelo processo de industrialização e urbanização que estava ocorrendo no país. Essas iniciativas compartilhavam com a ideia que vinha sendo posta pela UNESCO.

A proposta da UNESCO, de estímulo à criação de programas nacionais de alfabetização em todo o mundo, reflete uma ação com intenção de controle através da educação de adultos. Inicialmente com o discurso de promoção da paz, visto que se tratava de um período pós-II Guerra. Entretanto, o mundo estava inaugurando o período da Guerra Fria e da imposição da supremacia do capital.

Tal proposta foi facilmente acatada pelas autoridades brasileiras, pois estavam de acordo com os interesses da elite, que pretendia solidificar o processo de industrialização através da criação de mão-de-obra com o mínimo de qualificação, ampliar o contingente de pessoas alfabetizadas no país, além de aumento do número de eleitores.

A necessidade de aumento do número de eleitores ocorre após a Constituição Federal de 1946 instituir o voto a todas as pessoas alfabetizadas, no caso, àquelas que sabiam simplesmente desenhar seu nome.

Em 1947, o Brasil já havia dado início à elaboração de políticas públicas para alfabetização de adultos, com a criação da CEAA. Portanto, a primeira CONFINTEA (1949) já podia contar com essa experiência para análise e compreensão do movimento de alfabetização no país.

No contexto pós-CONFINTEA I, o Brasil estava passando por uma fase desenvolvimentista, sob o governo do presidente Juscelino Kubitschek, que instituiu o Plano de metas 50 anos em 05, era esse o prazo estimado para modernizar o país em termos industriais. Tendo apoio institucional do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (1952)<sup>8</sup>, esse projeto privilegiou cinco setores da sociedade: Energia, Transporte, Alimentos, Indústria de Base e Educação, sendo esse último, o único de cunho social. Não houve investimento em

---

<sup>8</sup> Criado com o objetivo de ser uma alternativa de apoio financeiro nacional às ações de cunho desenvolvimentistas como investimento em infraestrutura rodoviária, energética e de portos favorecendo a competição no mercado internacional.

outros setores da área social, pois havia a crença de que o desenvolvimento social aconteceria naturalmente fruto do desenvolvimento econômico. A alfabetização de adultos, nesse período, foi focada apenas em campanhas isoladas, desvinculadas de outros elementos de ação social.

Até a II CONFINTEA (1960), o Brasil, na tentativa de erradicar o analfabetismo, já havia promovido diversos programas de alfabetização voltados para o meio urbano e rural, com objetivos bastante distintos. Lançada em 1949, como recomendação do Seminário Interamericano de Educação<sup>9</sup>, a CNER desenvolveu suas atividades no meio rural. Em 1958, foi criada a CNEA, após o II Congresso Nacional da Educação (1958). Este congresso contou com a presença de Paulo Freire e de outros educadores que defendiam a educação de adultos, diferente do que vinha sendo aplicada, uma educação participativa, tanto em termos sociais como políticos.

As ideias do educador Paulo freire foram reconhecidas em todo país e em 1963 o mesmo foi encarregado de organizar e desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, sendo formada uma comissão de cultura popular em Brasília iniciada com a publicação da portaria MEC 182 de 28/06/63, presidida por Paulo Freire. Tal comissão foi extinta pelo governo militar através da portaria 2007/64 após o golpe militar de 1964, que provocou uma ruptura política e os movimentos em prol da educação de adultos foram reprimidos. Paulo Freire então foi exilado, pois suas idéias de libertação eram vistas como ameaça ao Governo Militar:

A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os interesses impostos pelo governo militar. A ruptura política ocorrida com o movimento de 1964 tentou acabar com as práticas educativas que auxiliavam na explicitação dos interesses populares. O Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a “normalização” das relações sociais (HADDAD, 2000, p. 113).

O Governo Militar passou a apoiar apenas programas de educação assistencialistas e conservadores como foi o caso da Cruzada ABC. Em 1967, foi criado o Mobral como entidade coordenadora, passando a ser entidade executora

---

9 Promovido pela UNESCO na cidade do Rio de Janeiro.



em 1970. Dois anos depois, foi realizada a CONFINTEA III (1972), em contraposição ao que vinha ocorrendo no Brasil. Nela fizeram-se presentes as ideias de Paulo Freire, que tinha um projeto de alfabetização voltado para a libertação do indivíduo, no entanto, o que vinha acontecendo no Brasil era justamente o oposto, a alfabetização de adultos estava sendo ofertada pelo governo militar, através do programa denominado MOBREAL, que objetiva o controle da população através da alfabetização funcional.

No desenvolvimento do seu projeto pedagógico, o MOBREAL fez uso de palavras geradoras, proposta por Paulo Freire de forma mecânica, comprometidas com os ideários do regime militar. Sendo pedagogicamente contrária à proposta de Freire de inserção do indivíduo no processo de ensino-aprendizagem, os materiais didáticos do MOBREAL já vinham prontos e era único para todo o País, podendo ser facilmente introduzido ideias com o objetivo de controle.

O Mobral foi o último programa de alfabetização de adultos a ser executado diretamente pelo Governo Federal, pois com o processo de introdução da política neoliberal, o governo passa a ser agente financiador de ações propostas por Secretarias Municipais de Educação:

Após a extinção do Mobral, em 1985, o governo federal abandonou a provisão direta da alfabetização de jovens e adultos, assumindo funções subsidiárias de financiamento e apoio técnico aos estados, municípios e organizações sociais, por intermédio da Fundação Educar (1985-1990), do Programa Alfabetização Solidária (1998-2002) ou do Brasil Alfabetizado (2003-2007) (2008, p. 42).

A CONFINTEA IV aconteceu em 1985, justamente no ano de profundas mudanças na política brasileira. Com o fim do regime militar, o Brasil estava passando por um período de redemocratização marcada pela abertura da participação política, a partir do movimento Diretas-Já. Dentro desse contexto, ocorre a extinção do MOBREAL, também em 1985, substituído pela fundação EDUCAR, criada em 1986. Conseqüentemente, a mudança no cenário político abriu oportunidade para ampliação das atividades em EJA, inclusive com a inclusão da Educação de Adultos enquanto dever do Estado, a partir da promulgação Constituição Federal de 1988.

O processo de redemocratização possibilitou também a mobilização da sociedade em torno da Assembléia Nacional Constituinte, que certamente colaborou com a inserção do texto sobre a extensão da garantia do direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito aos jovens e adultos.

A EDUCAR substituiu o Mobral em termos de política de alfabetização, no entanto, suas ações estavam centradas na transferência de recursos a municípios, ONGs e empresas, fruto da política de ajuste estrutural que considera ineficiente e ineficaz as políticas sociais, tendo como meta o gerenciamento do Estado nas ações compensatórias.

Através das reformas do Estado, o governo redefiniu seu papel, eximindo-se da responsabilidade de promover o desenvolvimento social e econômico, passando a assumir a função de promotor e regulador através da terceirização de serviços como educação, saúde, entre outros, o que desembocaria em privatizações, evidentemente, desfavorecendo a criação de programas para a alfabetização de adultos.

Apesar da perspectiva de avanço prevista na Constituição Federal de 1988, as políticas de educação dos anos 1990 não correspondem a essa expectativa. O governo do Presidente Fernando Collor (1990) iniciou um processo de reformas e redefinição do papel do Estado devido ao engajamento do país na nova ordem do Capital.

A alfabetização de adultos perdeu então espaço nas ações do governo federal, que transfere aos estados e municípios as responsabilidades relacionadas à promoção da educação de adultos. Esses são os sinais do processo de municipalização do ensino fundamental. Tais ações são fruto da política de ajuste estrutural que previa o repasse das responsabilidades aos Estados, municípios e ONGs, por isso extinguiu a Fundação EDUCAR em nome do enxugamento da máquina administrativa.

Na década de 1990, ao contrário do que previu a Constituição Federal de 1988, que no artigo 214 diz: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao estabelecido do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzam a: I- erradicação do analfabetismo”, o governo federal priorizou apenas a universalização do acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental, fruto das reformas do Estado e de ajuste dos gastos públicos:

Nesse processo, a Fundação EDUCAR foi extinta em 1990 e atribuição da alfabetização dos jovens e adultos foi descentralizada para os municípios ou delegada às organizações sociais, que freqüentemente atuaram em parceria, em programas como Alfabetização Solidária<sup>10</sup> ou Movimentos de alfabetização (Movas) (p. 31)

Em 1990, a ONU declarou o Ano Internacional da Alfabetização. Nesse mesmo ano, ocorreu na Tailândia a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na qual foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos. É interessante observar que ao se inserir nos anos 1990, com significativos avanços legais na educação de jovens e adultos, a política neoliberal implantada no Brasil, no entanto, não correspondeu aos compromissos assumidos (nas CONFINTEAS, na Constituição Federal de 1988, nos encontros internacionais, etc.) de universalizar o acesso à educação e promover a equidade.

Um exemplo nítido da não-equidade na educação refere-se ao veto do então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, que impediu que fossem computadas as matrículas do ensino fundamental de jovens e adultos, para fins de FUNDEF (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), principal fonte de financiamento da educação, nesse período, com a alegação de que os dados referentes ao ensino supletivo não eram confiáveis. Por outro lado, lançou o Programa Alfabetização Solidária como política assistencialista e compensatória.

Criado em janeiro de 1997, meses antes da CONFINTEA V, o Programa Alfabetização Solidária (PAS)<sup>11</sup>, bem característico do governo neo-liberal, sob o princípio da parceria, imputa a responsabilidade dos problemas oriundos do capital à sociedade civil:

Como decorrência da V CONFINTEA, realizou-se em Curitiba, em 1998, um encontro patrocinado pela UNESCO, com o intuito de

---

<sup>10</sup> Durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), um conjunto de ações de enfrentamento da pobreza recebeu a denominação de Comunidade Solidária. Parte dessas iniciativas, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi um programa de alfabetização destinado aos municípios mais pobres e com maiores índices de analfabetismo no país, co-financiado pelo Ministério da Educação e empresas, e desenvolvido com assessoria pedagógica de instituições de ensino superior, públicas e particulares.

<sup>11</sup> Posteriormente, o PAS passou a captar também doações individuais e foi estendido a áreas metropolitanas. Encerrada a gestão, assumiu a figura jurídica de organização não-governamental e continuou atuando, inclusive por meios de convênios com o governo federal, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

socializar as discussões ocorridas nessa conferência e avaliar o desenvolvimento de EJA Pós-Hamburgo. Nele decidiu-se iniciar uma série de encontros anuais, como forma de discutir as questões referentes às políticas de EJA. Nasceu, a partir daí, os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA) (Vieira, p. 20)

É notória a importância das organizações sociais na consolidação dos direitos, inclusive do direito a educação de jovens e adultos, por exemplo, os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, sendo o primeiro criado em 1996 na cidade do Rio de Janeiro em preparação para CONFINTEA V (1997). Os fóruns constituem-se numa rede de troca de experiências e controle social de ações governamental. Outro grande espaço de articulação são os Enejas (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos), realizados anualmente desde 1999, sendo deliberado no ENEJA de 2009 que seriam realizados bianualmente.

Em 2003, seis anos após a CONFINTEA V, o Programa Brasil Alfabetizado, lançado pelo governo Lula, tinha como objetivo prioritário a inclusão de jovens e adultos no sistema educacional, a partir de 15 anos de idade, com perspectiva de continuidade do ensino fundamental. Esse programa assume característica diferenciada do apresentado pelo governo anterior, reconhecendo a educação de adultos como direito, respeitando o contido na Constituição Federal brasileira e os acordos estabelecidos na Conferência de Hamburgo. O Programa Brasil Alfabetizado foi mantido durante todo o governo do presidente Lula e continua sendo ofertado pelo governo atual nos mesmos moldes.

A CONFINTEA VI aconteceu no Brasil durante o governo do presidente Lula, o programa Brasil Alfabetizado ainda encontra-se em vigor e a relação entre Estado e sociedade civil mostra-se claramente diferenciada em comparação aos governos anteriores. A participação da sociedade civil foi de grande importância na preparação da referida conferência:

Além dos encontros regionais, o MEC organizou e estimulou a participação da sociedade civil e dos setores públicos em oficinas de diagnósticos que tinham por objetivo capacitar os gestores e interlocutores estaduais para a análise dos dados educacionais referentes à educação de jovens e adultos e para construção de políticas e estratégias de implantação ou fortalecimento dessa modalidade educacional (HADDAD, 2009 p. 365)

O processo participativo da sociedade civil nos encontros estaduais pré-CONFINTEA VI foi imprescindível na mobilização e elaboração de documentos que refletisse a diversidade da realidade brasileira, esses serviram de base na elaboração do documento final apresentado nessa Conferência. Tal mobilização só foi possível graças ao momento político pelo qual o Brasil vem passando que favorece a participação da sociedade civil no debate político.

#### **4. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTIDAS NAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL (1947-2010)**

Para se entender determinada prática educativa é necessário que ela seja situada historicamente em termos políticos e sociais e se perceba que, mesmo de forma inconsciente, essa pressupõe o uso de no mínimo uma tendência pedagógica que está vinculada ao modelo político-ideológico com o qual o educador ou espaço educativo se identifique.

As práticas educativas, algumas vezes, estão vinculadas às políticas de educação, que são elaboradas com uma intencionalidade em relação à intervenção pedagógica, sendo caracterizada através de seus objetivos e propostas de ação, essas possuem a pretensão de promover o desenvolvimento da sociedade através da educação seja ela liberal ou progressista.

José Carlos Libanêo (2009, p. 22) pontua que as Tendências Liberais são aquelas de caráter não-crítico e as Tendências Progressistas são aquelas que partem da análise crítica da realidade social. No grupo das Tendências Pedagógicas Liberais estão: a Liberal Tradicional, Renovada Progressivista, Liberal Renovada não-diretiva e Liberal Tecnicista. E no grupo das Tendências Progressistas encontra-se a Progressista Libertadora, Libertária e a Crítico-social dos conteúdos.

Em relação à Tendência Liberal, Libanêo (2009, p. 22) pontua que:

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual.

Quanto à Progressista, Libanêo (2009, p. 32) argumenta que:

A pedagogia Progressista tem se manifestado em três tendências: a libertadora mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica; a crítica social dos conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais.

Cada uma dessas tendências está atrelada a métodos e conteúdos específicos, e defendem uma determinada ideologia que define inclusive o papel do professor no processo educacional.

No entanto, na execução de uma política educacional, dificilmente encontra-se uma prática pedagógica baseada exclusivamente numa determinada tendência, pois, mesmo estando sob a responsabilidade do Estado, as ações serão desenvolvidas por profissionais em geral da área de educação, que direcionarão seus trabalhos baseados em princípios políticos e ideológicos, nos quais acredita e defende, o que justifica o surgimento das tendências progressistas de educação em contraposição às tendências tradicionais.

Contudo, é necessário deixar claro que no Brasil, na elaboração das políticas de educação, em especial a política para a alfabetização de adultos, o Estado, visando defender a ideologia da classe hegemônica, fez e faz uso de uma determinada tendência estando presente inclusive na construção de seus materiais pedagógicos desde as primeiras Campanhas em 1947.

As campanhas voltadas para alfabetização de adultos no Brasil estiveram focadas na questão da extinção do analfabetismo absoluto (termo utilizado para designar aquele indivíduo que não sabe ler nem escrever), considerado um “mal social”, responsável pelo atraso no desenvolvimento do país. Na tentativa de erradicar esse mal, foram desenvolvidas pelo governo federal ações massificadas em que os materiais distribuídos nas campanhas tinham o mesmo caráter.

Nas ações pedagógicas desenvolvidas ao longo das primeiras campanhas é perceptível a existência da tendência pedagógica liberal tradicional, na qual, de forma mecânica, o professor assumia a função de transmissor do conhecimento através do uso de cartilhas pré-fabricadas e unificadas para todo o país. O conteúdo era transmitido aos alunos e esses deveriam absorvê-los sem maiores questionamentos. A justificativa para esse tipo de metodologia estava no entendimento de que a memorização favorecia a disciplina da mente e a formação de bons hábitos, sendo esses também repassados pelo professor.

A primeira campanha de alfabetização de adultos, CEAA, implantada pelo governo federal foi caracterizada pela vasta distribuição de cartilhas elaboradas com base no Método Laubach. Este método foi idealizado por Frank Laubach, missionário protestante norte-americano, que defendia ser possível a aplicação do método por qualquer pessoa alfabetizada não necessitando, portanto, ter nenhum

conhecimento técnico na área de educação. Acreditava ser esse um método multiplicador, pois a pessoa sendo alfabetizada por esse método teria, segundo Laubach, a capacidade de alfabetizar outros.

O método Laubach era basicamente fonético, pautado na junção de sílabas e de identificação da letra inicial da palavra. Partindo do nome das letras, a leitura era feita através da soletração da palavra e memorização das sílabas.

A cartilha de alfabetização LER, material utilizado pela CEAA, foi o primeiro recurso didático usado no Brasil para alfabetização de adultos nas campanhas, a partir de 1947. Tal material distribuído por todo país foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos após o período de estudos de 1942 a 1945.

A cartilha era voltada para alfabetização de adultos através da memorização com repetição de sílabas formadas pela junção de uma consoante com uma vogal e da identificação através da imagem do objeto ao qual a palavra se referia, esse método foi utilizado também na escrita através da cópia de letras e palavras repetitivamente.

O uso de cartilhas massificadas é reflexo da intenção do Estado na alfabetização de adultos focada na formação do contingente eleitoral e de pessoas com um mínimo de entendimento da linguagem escrita para atender as demandas do mercado de trabalho pouco exigente daquela época.

Esse tipo mecânico de alfabetização, além de desconsiderar a capacidade criativa do aluno no momento em que apresenta através das cartilhas, palavras, frases e textos que deverão ser lidos e copiados, fugindo muitas vezes do universo no qual o aluno encontra-se inserido, desacredita na existência de conhecimentos prévios de pessoas com anos de vivência, o que pode gerar um desestímulo nesse adulto e conseqüentemente a formação de analfabetos funcionais<sup>12</sup>.

Até a década de 1960, essa era a única forma oficial de alfabetizar adultos. Em 1962, foi sistematizado pelo educador Paulo Freire o método que era baseado na relação dialógica entre educador e educando. Nesse processo o educando assume o papel de sujeito na construção do conhecimento, método denominado

---

<sup>12</sup> Analfabetismo funcional é o termo utilizado para designar aquele indivíduo que mesmo sabendo ler e escrever não desenvolveu a capacidade do uso da leitura e da escrita para atender as demandas que o contexto social no qual se encontra inserido exige, além de não ter as ferramentas necessárias para dar continuidade a estudos posteriores, ou seja, continuar aprendendo ao longo da vida como preconizou a V CONFINTEA na declaração de Hamburgo.



Pedagogia Libertadora, que faz parte do grupo das Tendências Pedagógicas Progressistas.

Nesse método, o material didático era elaborado a partir das relações entre os atores do processo pedagógico, partindo da realidade:

A prática do método tinha como base inicial o levantamento do universo vocabular dos grupos com os quais a equipe pretendia trabalhar. Em seguida eram escolhidas as palavras no universo vocabular pesquisado, devendo ser selecionadas pela sua riqueza fonêmica, pelas dificuldades fonéticas da língua e pelo engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural e política (Paiva, 198, p 253).

Após o levantamento vocabular e seleção das palavras geradoras, a equipe pedagógica confeccionava cartazes e slides, sendo esses os primeiros materiais didáticos utilizados na aplicação do método Paulo Freire.

A eficácia do método Paulo Freire foi conhecida por todo país após sua sistematização, sendo adotado pelos movimentos de educação de adultos no início dos anos 1960 até 1964 quando os programas de caráter popular foram coibidos pelo governo militar que implantou o Mobral como programa de alfabetização de adultos.

O governo militar fazia crer que a elaboração do material didático do MOBREAL seguia a mesma linha pedagógica desenvolvida pelo método Paulo Freire através do uso de palavras geradoras, no entanto, esse não possuía o caráter crítico e problematizador proposto pelo método Paulo Freire.

Como as campanhas de alfabetização dos governos anteriores, o material didático do MOBREAL foi elaborado nos mesmos moldes, de forma massificada, contendo mensagens que destacavam a importância do esforço individual do adulto analfabeto para gozar dos benefícios da sociedade moderna essa idéia é bastante característica da tendência Pedagógica Liberal, sendo que esse Movimento de alfabetização marcado pela ditadura militar fez uso da Tendência Pedagógica Liberal Tecnista e tinha uma concepção funcional da educação de adultos.

O MOBREAL possuía as mesmas características das políticas de alfabetização de adultos, que foram elaboradas em 1956 no governo do presidente Juscelino Kubitschek, de cunho econômico e desenvolvimentista. Estas entendiam a educação como investimento, como preparação de mão-de-obra para o

desenvolvimento econômico. Além disso, fazia crer que o indivíduo que não se encontrava inserido no processo produtivo tinha inteira responsabilidade por essa condição, pois não possuía as armas necessárias à inserção e adaptação nesse processo.

Os métodos e técnicas utilizados pelo MOBRAL foram embasados na tendência pedagógica tecnicista, contendo em seus propósitos educacionais o caráter técnico-instrumental, no qual o professor assumia o papel de especialista em aplicar técnicas orientadas por manuais que deveriam ser cumpridos sem nenhum tipo de questionamento. Nesse sentido, Libanêo (2009, p. 32) chama atenção que

os marcos de implantação do modelo tecnicista são as leis 5.540/68 e 5.692/71, que reorganizam o ensino superior e o ensino de 1.º e 2.º graus. Apesar da máquina oficial, entretanto, não há indícios seguros de que os professores da escola pública tenham assimilado a pedagogia tecnicista, pelo menos, em termos de ideário. A aplicação da metodologia tecnicista (planejamento, livros, didáticos programados, procedimentos de avaliação etc.) não configura uma postura tecnicista do professor; antes, o exercício profissional continua mais para uma postura eclética em torno de princípios pedagógicos assentados nas pedagogias tradicional e renovada.

A metodologia pedagógica adotada pelo MOBRAL, focada no treinamento, difere da pedagogia de Paulo Freire, de natureza dialógica, caracterizada pela intenção de preparar o indivíduo para exercer sua cidadania, atuando de forma participante na vida política, inserido na luta contra a opressão em favor de sua liberdade não de forma individual, mas enquanto grupo, desenvolvendo a consciência de pertencimento.

Com o fim da ditadura militar, o Mobral foi extinto, e o momento político que se inaugurou foi propenso à participação ativa dos movimentos sociais, inclusive na alfabetização de adultos. O governo sucessor, sob a presidência de José Sarney, instituiu a Fundação Educar, que tinha em sua proposta o fomento e apoio técnico a ações voltadas para educação de adultos, através de convênios com prefeituras, governos estaduais e ONGs. Esses convênios acabaram por promover ações inovadoras que vinham ocorrendo nessas unidades e que estavam baseadas em postulados Freirianos, portanto, ações vinculadas à Tendência Progressista.

A participação política, inclusive na educação de adultos, abriu espaço para o “retorno” das ideias Freirianas, através do estabelecimento de convênio entre a

Fundação Educar e instituições que desenvolviam clandestinamente um trabalho pedagógico baseado nessa teoria. Essa parceria oportunizou que na alfabetização de adultos fosse inserido elementos da Pedagogia Libertadora que vinha sendo efetivada através dos movimentos sociais.

A fundação EDUCAR assumiu por meio de convênios a função de órgão de fomento e apoio técnico, diferente dos programas de alfabetização anteriores. Entretanto, esse não se configurou como órgão executor direto, devido ao novo formato de administração do governo federal baseado na descentralização.

Embora a Fundação Educar representasse a continuidade do MOBREAL visto que herdou do mesmo, funcionários, estruturas burocráticas, concepções, pedagógicas, no período de vigência da referida, as ações educacionais que foram desenvolvidas também estiveram baseadas na Tendência Pedagógica libertadora, pois essa vinha sendo utilizada pelas instituições que firmaram convênio com o governo federal, portanto, pode-se admitir uma postura eclética diante das práticas educativas pós-ditadura Militar. Segundo Libanêo (2009, p. 33),

em nenhum momento o inspirador e mentor da pedagogia libertadora, Paulo Freire, deixa de mencionar o caráter essencialmente político de sua pedagogia, o que, segundo suas próprias palavras, impede que ela seja posta em prática, em termos sistemáticos, nas instituições oficiais, antes da transformação da sociedade. Daí porque sua atuação se dê mais em nível da educação extra-escolar. O que não tem impedido, por outro lado, que seus pressupostos sejam adotados e aplicados por numerosos professores.

Portanto, o caráter político da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que direciona sua aplicação nas instituições não-formais é justamente o que a elimina de ser incluídos de forma pura nos programas de alfabetização implantados pelo Governo Federal. Esses muitas vezes quando descrevem em sua proposta a Tendência pedagógica de Paulo Freire, fazem-no apenas enquanto método, descartando o caráter político-pedagógico.

O PNAC, programa implantado no governo do presidente Fernando Collor, ficou apenas no grupo das intenções servindo como meio de extinção da EDUCAR. Após esse fato, a alfabetização de adultos continuou a cargo daquelas instituições que antes haviam firmado convênio com o Governo Federal no período de vigência

da Fundação Educar e que dependendo de sua opção política adotou a Tendência Liberal ou Progressista.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi implantado o PAS, que deu continuidade à filosofia de parcerias estabelecida desde a Fundação EDUCAR, especificamente essas parcerias foram firmadas entre governos municipais, estaduais e universidades, portanto, a análise das Tendências Pedagógicas nesse caso obedece a uma lógica dúbia; pois em se tratando de um governo neoliberal há de se entender que a Tendência Pedagógica obedeça a essa mesma linha política, sendo assim as ações educativas estariam direcionadas com base nas Tendências Liberais, no entanto, como as parcerias foram firmadas entre unidades federativas e universidades envolvendo inclusive os movimento sociais, pode-se pressupor que tais ações estariam sendo direcionadas também com base nas Tendências Progressistas.

O PBA, instituído pelo governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, também ocorre através do estabelecimento de parcerias com as mesmas instituições do programa de alfabetização de adultos ofertado pelo governo anterior, a proposta pedagógica de alfabetização varia de acordo com a instituição alfabetizadora que firmou convenio com o MEC, o convenio pressupõe que tais instituições serão também responsáveis pela formação do alfabetizador, portanto, quanto a Tendência Pedagógica das ações formativas e de alfabetização fica claro mais uma vez a presença do ecletismo Pedagógico.

Atualmente, pode-se citar como exemplo de ações para alfabetização de adultos baseada na tendência progressista libertadora, o programa Mova Brasil, fundamentado na concepção político-pedagógica de Paulo Freire. O Mova Brasil foi idealizado pelo educador em 2003, a partir da experiência-piloto na cidade de São Paulo, quando na época ele era Secretário de Educação. Atualmente, o projeto vem sendo desenvolvido nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte Ceará e Amazonas. O programa desenvolve seu trabalho através de parcerias ocorre entre o IPF (Instituto Paulo Freire), Petrobrás e Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Após a extinção do MOBREAL, pode-se perceber que o estabelecimento de parcerias favoreceu a participação da sociedade civil e abriu espaço para a inserção das diversas concepções, refletindo nas ações educativas, o ecletismo pedagógico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise das políticas públicas para alfabetização de adultos no Brasil, no período de 1947-2010, alguns pontos de relevância que interferem no descontinuísmo e precarização das ações voltados para o atendimento dessa problemática podem ser identificados.

As políticas para alfabetização de adultos no Brasil, ao longo dos últimos 60 anos, obedecem à lógica de priorização das demandas de interesse do poder político vigente e por conseqüências aos interesses da classe hegemônica. Seja ela de produção de contingente eleitoral, preparação de mão obra para atender aos objetivos do capital ou diminuição dos índices de analfabetismo com vias a melhorar sua imagem no cenário internacional.

No entanto, para que a alfabetização de adultos seja efetiva é necessário que ela atenda a necessidade de formação humana do cidadão, sendo ele morador do meio urbano ou rural, com possibilidades de participar ou não do processo produtivo, não às exigências do capital.

Percebeu-se também que a cada novo governo, desde 1947, foi lançada uma nova proposta de alfabetização de adultos, sob a forma de campanhas ou programas, que variava de acordo com as intenções de cada governo em relação ao problema. O combate ao analfabetismo, inclusive, ainda tem servido de plataforma eleitoral ao longo dos anos.

É importante pontuar que no Brasil, a educação tem sido pautada no princípio liberal, que pressupõe que a mesma seja ofertada minimamente para os grupos de menor poder aquisitivo, ou seja, para aqueles que sofrem diretamente os efeitos perversos da exploração do capital. A educação de adultos também se encontra dentro desse princípio, um exemplo nítido são as campanhas e programas para alfabetização de adultos ofertada ao longo dos últimos 60 anos, que seguiram a linha de servir aos interesses de desenvolvimento da burguesia econômica.

As três primeiras campanhas, CEAA (1947-1963), CNER (1952-1963) e CNEA (1958-1963) surgem com o objetivo de ajustamento social e ampliação do contingente eleitoral; o MOBREAL (1971-1985) foi baseado no tecnicismo e economicismo, fruto principalmente da Teoria do Capital Humano, tinha como

principal função o controle ideológico das massas respondendo aos interesses do Estado autoritário.

A Fundação EDUCAR (1986-1990) manteve o princípio do Mobral, de alfabetização de adultos para formação de trabalhadores, no entanto, não executou diretamente as ações, apoiando financeiramente as instituições conveniadas. O PNAC, implantado em 1990, não chegou a desenvolver ações concretas, tinha como característica a descentralização das ações através do repasse de recursos. A década de 1990 foi caracterizada por reformas no Estado através da adoção do conceito público não-estatal, período também marcado pelo descaso do Estado em relação à educação de adultos, em especial à alfabetização.

Em 1997, foi lançado o PAS, que não estava vinculado ao MEC, mas ao programa Comunidade Solidária. Seguindo a premissa do estado mínimo, a alfabetização de adultos foi tratada segundo o regime de parcerias com a estimulação do voluntarismo. Os convênios foram estabelecidos com universidades e empresas, além de existir a possibilidade de doações individuais. O programa previa alfabetização em cinco meses. O PAS transformou-se na ONG AlfaSol, que continua atuando nos mesmos moldes de parcerias no formato do Alfabetização Solidária.

Em 2003, foi lançado o PBA, o mesmo executado por estados e municípios através da adesão voluntária, cujas verbas são designadas pelo FNDE (Fundo Nacional de Educação). As pessoas não-alfabetizadas são identificadas através do cadastro no Programa Bolsa-Família, quando são propostas a elas a participação nas turmas do programa. O programa continua sendo ofertado pelo atual governo.

É perceptível nas ações dos governos, a concepção de que políticas focadas geram maior impacto e sendo direcionadas não se constituem em direitos universais adquirindo a característica de ações compensatórias.

A intenção de solucionar a questão do analfabetismo consta nos programas de governo e os números obtidos após o período interventivo relatam a “minimização” do problema, no entanto, não há garantias de que esse adulto dê continuidade aos estudos, quer seja pela não-vinculação desse programas às turmas de EJA ou pela insuficiência no aprendizado desse adulto alfabetizado para dar continuidade aos seus estudos.

O curto tempo previsto pelas campanhas para alfabetização de adultos também é um fator relevante de análise, tal urgência, leva-se a crer que a

necessidade do Governo Federal em divulgar a redução dos números de analfabetos no país, acaba deixando de lado a possibilidade de que tal atitude colabore com a formação de analfabetos funcionais produzidos em números similares nesse mesmo espaço de tempo.

Outro ponto de convergência entre as políticas de alfabetização de adultos no Brasil é a presença do voluntarismo, desde as primeiras políticas elaboradas em 1947 até as atuais, os governos estabelecem em sua proposta, a possibilidade de inserir voluntários nos projetos para alfabetização de adultos. Atrelado ao voluntarismo, pode-se constatar que o valor pago ao alfabetizador não tem sido atrativo e fatalmente os adultos estarão sujeitos a serem alfabetizados por pessoas sem formação específica.

Fatores externos também identificados, em especial as proposições pós-CONFINTEAS, corroboram para a elaboração de políticas públicas de combate ao analfabetismo, ainda que tais políticas possuam em seus documentos o caráter burocrático, com o intuito de responder ao que foi proposto nos documentos finais dessas conferências.

Quanto às concepções pedagógicas presentes nos programas para alfabetização de adultos, percebem-se que a concepção liberal foi adotada pelas campanhas e programas de alfabetização de adultos que foram elaborados e executados diretamente pelo governo federal, ou seja, desde as primeiras campanhas até o MOBREAL, no entanto, com o estabelecimento de parcerias constata-se a presença do ecletismo pedagógico caracterizado pela presença das tendências liberal e progressista de acordo com a instituição que assumiu a execução do programa.

A fim de evitar o descontínuismo das ações de alfabetização de adultos em consequência da mudança de governo, é necessário que ela deixe de ser tratada como política de governo e seja vinculada à modalidade EJA, com todas as prerrogativas inerentes a essa. Já foi constatado que intervenções pontuais com tempo pré-determinado não surtem o efeito necessário. Na realidade atual não basta apenas que o indivíduo saiba ler e escrever, é preciso que o mesmo domine os códigos da leitura e da escrita e possa utilizar os mesmos nas ações de seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

AGÊNCIA Brasil, entrevista com o ministro Gilberto Carvalho da Secretaria-Geral da Presidência da República em 26 de abril de 2011. Disponível em <http://pressroom.ipc-undp.org/2011/programa-de-combate-a-pobreza-extrema-atacara-analfabetismo-entre-adultos/?lang=pt-br> Acessado em 12/05/2011.

DECLARAÇÃO de Hamburgo sobre educação de adultos (1997). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf> Acessado em 04/05/2011.

ESTATUTO da Fundação EDUCAR DECRETO Nº 92.374, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1986. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=219678> Acessado em 18/04/2011

DI PIERRO, Maria Clara. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006. p. 17-30.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz na Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire**: a reinvenção de um legado. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.



HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 17. ANPED: Campinas, SP Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na educação de jovens e adultos. In: **Em aberto**, Brasília, out./dez. vol. 11, nº4. p. 03-12.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **Confronto pedagógico**: Paulo Freire e MOBREAL, 3 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

KNOLL, Joachim H. A história das Conferências Internacionais da UNESCO sobre a educação de Adultos de Elsinor (1949) a Hamburgo (1997): a política internacional de adultos através das pessoas e dos programas. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001861/186173por.pdf>  
Acessado em 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

BRASIL. Manual do Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba\\_passoapasso.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf)  
Acessado em 20/05/2011.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostsky. Maceió: Editora UFAL, 1999.

PAIVA, Jane. **Direito à Educação de Jovens e Adultos: Direitos, Concepções e Sentidos**. Disponível em:  
[http://www.btdtd.ndc.uff.br/tde\\_arquivos/2/TDE-2006-08-11T111132Z-303/Publico/UFF-Educacao-Tese-JanePaiva.pdf](http://www.btdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2006-08-11T111132Z-303/Publico/UFF-Educacao-Tese-JanePaiva.pdf) Acesso em 05/15/2011.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola-Ibrades, 1987.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro; SADER, Emir (org.). **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003. Coleção Os Porquês da desordem mundial.

SOCUCUGLIA, Afonso Celso. **A Educação de jovens e adultos**: Histórias e memórias da década de 1960. Ed. Plano e Autores associados, Brasília-DF, 2003.

Disponível em

[http://books.google.com.br/books?id=iuRpsVzFLwEC&printsec=frontcover&source=gs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=true](http://books.google.com.br/books?id=iuRpsVzFLwEC&printsec=frontcover&source=gs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true) Acessado em 13/04/2011

VARGAS, Suzana. **Leitura**: uma aprendizagem de prazer. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

VIEIRA, Maria Clarisse. As CONFINTEAS e as políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o lugar da sustentabilidade. In: **Revista Alfabetização Solidária**. Vol.7, nº7, 2007. São Paulo: Marco, 2008.